
A criação de uma coalização de políticas públicas baseadas em evidências no Brasil: auxiliando na construção de um alicerce político para avançar em uma agenda longoprazista e de governança de IA¹

Fernando Moreno,
cientista social
Altruísmo Eficaz
Brasil (AEBr)

Vitor Douglas
Andrade, psicólogo
Associação Brasileira
de Psicologia Baseada
em Evidências
(ABPBE)

With
Apart Research

Abstract

Mudanças duradouras em política pública dependem, em democracias, de coalizões políticas amplas capazes de atravessar ciclos eleitorais.

Partindo dessa premissa, e da centralidade de evidências científicas robustas para uma gestão pública eficiente, este artigo propõe a criação de uma Coalizão Brasileira de Políticas Públicas Baseadas em Evidências, fruto da parceria entre as comunidades em torno da Associação Brasileira de Psicologia Baseada em Evidências (ABPBE) e do Altruísmo Eficaz Brasil (AEBr).

Melhorar a tomada de decisões institucionais já foi tida como uma das questões mais relevantes pelo guia de carreiras 80.000 hours e pela comunidade do Altruísmo Eficaz, ainda que tal atuação tenha sido despriorizada em avaliações mais recentes. De todo modo,

¹ Research conducted at the [The Global South AI Safety Hackathon](#), June 2026

entendemos que a coalizão pode ser em si meritória no desenvolvimento institucional do país e constituir um alicerce político proveitoso para avançar pautas longoprazistas mais complexas, como segurança de IA e prevenção de pandemias.

O artigo detalha o desenho institucional proposto para a Coalizão: seus princípios norteadores, grupos de trabalho temáticos, critérios de seleção de pautas, metodologia de avaliação de políticas (eficácia e riscos, pertinência dos objetivos, eficiência e sustentabilidade intertemporal), produção de notas técnicas, estratégias de comunicação e incidência e mecanismos de governança e prestação de contas.

Como trabalho futuro, indicam-se os próximos passos para a efetiva implantação da Coalizão no segundo semestre de 2026, incluindo captação de recursos e recrutamento de voluntários e profissionais dedicados.

1. Introdução

Nossa proposta se constrói sobre três premissas relativamente estabelecidas.

A primeira é de que, em democracias, a mudança de política pública duradoura quase sempre depende de coalizões políticas amplas, capazes de sustentar reformas através de ciclos eleitorais e de mobilizar legitimidade para além do círculo de especialistas.

A segunda é sobre a importância de políticas públicas baseadas em evidência. Tal concepção transforma a gestão pública de um exercício de intuição, ideologia ou marketing político em um processo orientado por dados, resultados mensuráveis e aprendizado contínuo. Ao fundamentar decisões em pesquisas de avaliações de impacto, podemos alocar os recursos públicos limitados de forma mais eficiente, identificar quais intervenções realmente funcionam e descartar aquelas que, apesar de bem-intencionadas, não produzem efeitos ou não os produzem com a custo-efetividade desejada. Ademais, está contida na filosofia da política pública baseada em evidência sua sustentabilidade em longo prazo, tanto em termos de custos como impactos para gerações futuras.

Nosso terceiro ponto é que, ainda que as visões mais arrojadas do argumento longoprazista podem ser consideradas "estranhas" demais para o discurso público tradicional e, por isso, difíceis para a formação de coalizões amplas, versões "*lights*" são facilmente vendáveis: fortalecimento de capacidade estatal de longo prazo, prudência macroeconômica, infraestrutura regulatória, proteção ambiental e sua importância às gerações futuras, prevenção e resposta a desastres que ocorrem com certa regularidade (quebra de safras, inundações), prevenção a futuras pandemias (questão para qual se criou massa crítica suficiente de pessoas preocupadas pós COVID-19) e mesmo alguns dos riscos associados a IA, principalmente aqueles que já vemos materializados e tendo impacto social. Os autores entendem que o trabalho nestes problemas é visto com simpatia por um amplo espectro político, podendo facilmente agregar uma ampla coalizão política (o que, de certo,

não significa que não haverá eventual oposição em certos temas específicos, por interesses que eventualmente sejam contrariados).

A partir destes três pressupostos, defendemos a possibilidade de que a formação de uma coalizão em torno de políticas públicas eficazes seja um trabalho prévio proveitoso para que se crie uma fundação para avançar em pautas mais complexas do longo prazo, tal como prevenção de pandemias e a segurança de IA.

Ainda que coalizões sejam geralmente formadas em torno da defesa de interesses de grupos e/ou temas específicos — inclusive por diversas vezes com efeitos negativos para os interesses mais amplos e duradouros da sociedade — há cada vez mais espaço, conforme democracias tornam-se mais maduras, para coalizões políticas amplas sendo formadas em torno da visão de que as políticas públicas sejam submetidas a mensuração de resultados, análise de custo efetividade e considerações quanto a efeitos de segunda ordem e de longo prazo. Entendemos que a proposta da coalizão de políticas públicas baseadas em evidências já está suficientemente madura para o contexto brasileiro, podendo ser uma contribuição fundamental para o amadurecimento institucional do país.

2. Trabalho relacionado

Cabe observar que, neste sentido, nossa proposta se insere no campo de **melhoria da tomada de decisões institucionais**. Tal área já foi anteriormente priorizada pela comunidade do Altruísmo Eficaz e pelo guia de carreiras 80.000 horas². Dificuldades próprias a execução correta e eficaz de tais mudanças levaram o campo a ser despriorizado em atualizações futuras do guia. Contudo, para pessoas e organizações particularmente equipadas para lidar com o problema (*personal/organizational fit*³) essa é uma área capaz de alcançar alto impacto com custo eficácia.

3. Método

A proposta da parceria entre a comunidade do Altruísmo Eficaz Brasil e a ABPBE

A comunidade do Altruísmo Eficaz Brasil (AE Brasil) e a Associação Brasileira de Psicologia Baseada em Evidências (ABPBE) partem de uma afinidade epistemológica que torna a colaboração natural. A ABPBE, fundada em 2022 e hoje uma das vozes mais relevantes da psicologia científica no país, dedica-se justamente a promover a prática baseada em evidências e a combater a pseudociência no campo da saúde mental. Seu fundador (um dos autores do texto) identifica-se de longa data com as ideias do Altruísmo Eficaz, sendo parceiro em diversas iniciativas de construção da comunidade do Altruísmo Eficaz Brasil (AEBr).

Ambas as organizações compartilham, portanto, um mesmo compromisso de fundo: o de submeter práticas e políticas ao escrutínio da evidência, da relação custo-efetividade e dos efeitos de longo prazo. Desta parceria surgiu a ideia da criação de uma Coalizão Brasileira de Políticas Públicas.

Ambas as organizações já possuem algum *know-how* no processo legislativo e de influência eficaz neste, respectivamente na regulamentação de políticas da área de saúde mental e na governança de

² <https://80000hours.org/problem-profiles/improving-institutional-decision-making/>

³ <https://forum.effectivealtruism.org/topics/personal-fit>

Inteligência Artificial⁴. Para o 2º semestre de 2026, a proposta é de construção da coalizão, tendo por base a expertise já adquirida.

4. Resultados

Proposta de funcionamento da Coalizão

A Coalizão de Políticas Públicas Baseadas em Evidências terá por missão promover a adoção de políticas públicas baseadas em evidências científicas de qualidade, por meio da produção de análises técnicas independentes, da disseminação acessível do conhecimento e da incidência qualificada junto a tomadores de decisão, contribuindo para o aprimoramento contínuo das políticas públicas brasileiras em benefício da sociedade.

A Coalizão será uma iniciativa apartidária, transparente e comprometida com o rigor científico, voltada à promoção de decisões governamentais mais eficazes, eficientes e alinhadas ao interesse público. Ela surge da constatação de que muitas políticas públicas no Brasil são formuladas e implementadas sem a devida fundamentação em evidências robustas, resultando em desperdício de recursos, inefetividade e, por vezes, danos à população.

Atuando por meio de notas técnicas, análises críticas e estratégias de incidência, a Coalizão busca identificar lacunas na agenda pública, avaliar políticas existentes ou propostas e oferecer subsídios qualificados a parlamentares, gestores públicos, imprensa e sociedade civil. O foco está em temas estratégicos para o desenvolvimento nacional que, por diferentes razões, não recebem a atenção ou o escrutínio adequado.

Princípios Norteadores

A atuação da Coalizão é orientada pelos seguintes princípios fundamentais:

- Rigor científico e transparência metodológica: Todas as análises seguem protocolos claros, com declaração explícita de fontes, limitações e nível de evidência.
- Independência e integridade: A Coalizão atua de forma apartidária e declara publicamente eventuais conflitos de interesse de seus membros e colaboradores.
- Multidisciplinaridade e colaboração: As avaliações combinam expertises de diferentes áreas do conhecimento, promovendo abordagens integradas.
- Acesso aberto ao conhecimento: Os produtos da Coalizão são disponibilizados publicamente, em linguagem acessível e formatos reutilizáveis.
- Humildade epistêmica: Reconhecemos as limitações do conhecimento científico e a necessidade de atualização contínua das análises à luz de novas evidências.

Objetivos Gerais

⁴ Influência no PL 2386/2023, em tramitação na Câmara dos Deputados, que propõe tornar a psicoterapia e a psicanálise práticas exclusivas de psicólogos e médicos psiquiatras, e PL 2338/2023, projeto que institui o Marco Legal da Inteligência Artificial (IA) no Brasil, aprovado pelo Senado e em tramitação na Câmara de Deputados.

- Identificar e priorizar temas de políticas públicas relevantes que não estejam recebendo atenção adequada ou que careçam de avaliação sistemática baseada em evidências.
- Avaliar políticas públicas, existentes ou em tramitação, utilizando critérios rigorosos de eficácia, pertinência dos objetivos, eficiência, riscos e sustentabilidade intertemporal sempre ancorados na melhor evidência disponível.
- Produzir Notas Técnicas de alta qualidade, com estrutura padronizada, que subsidiem o debate público e a tomada de decisão em diferentes esferas de governo.
- Divulgar conhecimentos científicos de forma clara, acessível e responsável para a sociedade em geral, gestores públicos e profissionais da área.
- Incidir junto ao Poder Legislativo, Executivo e órgãos de controle para a defesa, revisão ou rejeição de políticas públicas com base em evidências.
- Fortalecer a cultura de políticas baseadas em evidências no Brasil, contribuindo para a formação de capacidades institucionais e para o debate público qualificado.
- Preferir reformas reversíveis quando há incerteza quantos aos efeitos decorrentes das políticas e seu impacto estimado é muito significativo. Aqui buscamos incorporar as reflexões sobre aprisionamento de valores (value lock-in)⁵ e Incógnitas desconhecidas (unknown unknowns)⁶

Grupos de Trabalho Temáticos (GTTs)

Os GTTs são o núcleo operacional da Coalizão. Cada grupo é responsável por uma área temática relevante para o desenvolvimento nacional e é composto por especialistas selecionados via processo seletivo transparente, com formação comprovada, produção acadêmica ou experiência prática relevante na área.

Áreas temáticas inicialmente previstas:

- Saúde (DALYs⁷ evitados, prevenção a riscos pandêmicos, saúde mental⁸, atenção primária, regulação de práticas terapêuticas e acesso a novas tecnologias)
- Educação (educação básica, ensino superior, formação de professores, equidade educacional)
- Segurança Pública e Justiça Criminal
- Economia, Desenvolvimento Produtivo, Trabalho e Desigualdade
- Meio Ambiente, Sustentabilidade e Mudanças Climáticas
- Tecnologia, Inovação, Transformação Digital, Proteção de Dados e Inteligência Artificial
- Outras áreas conforme demanda e capacidade instalada (ex.: Cultura, Direitos Humanos, Habitação, Mobilidade Urbana)

⁵ <https://www.altruismoeficazbrasil.com.br/glossario#aprisionamento-de-valores>

⁶ <https://www.altruismoeficazbrasil.com.br/glossario#desconhecidos-desconhecidos>

⁷ <https://www.altruismoeficazbrasil.com.br/glossario#DALY>

⁸ <https://www.altruismoeficazbrasil.com.br/glossario#saude-mental>

Cada GTT define, de forma participativa, as temáticas prioritárias de sua área e coordena a produção de Notas Técnicas. Os grupos podem se subdividir em subgrupos menores para análises específicas, mantendo sempre a supervisão do GTT.

Processo de Escolha de Temáticas Políticas

A escolha das temáticas que serão objeto de análise pela Coalizão é um processo estratégico e fundamentado, que combina vigilância política, análise de lacunas e priorização por impacto potencial. O objetivo é concentrar esforços onde a contribuição da Coalizão pode gerar maior valor público. São critérios para a seleção de temáticas:

- **Potencial impacto:** capacidade de a análise influenciar decisões que afetem significativamente a vida da população, especialmente grupos vulneráveis.
- **Relevância política atual:** temas que estão em evidência na agenda do Congresso Nacional, do Governo Federal, de governos estaduais ou municipais, ou que mobilizam amplamente a sociedade civil e a mídia.
- **Lacunas de atenção ou de evidência:** questões políticas importantes que estão sendo negligenciadas, por exemplo, não sendo pautadas ou não sendo discutidas com a profundidade necessária, ou para as quais não há avaliações robustas disponíveis. De certo modo opera como contraponto ao critério da relevância política atual, de modo que a coalizão não seja mobilizada apenas pelos "tópicos quentes" do momento.
- **Viabilidade técnica e temporal:** existência de evidências disponíveis ou passíveis de sistematização para o problema em questão? A evidência também precisa estar disponível em prazo compatível com o ciclo político-decisório.
- **Alinhamento** com as capacidades dos GTTs e com os princípios da Coalizão.

O processo envolve consulta periódica aos coordenadores dos GTTs, monitoramento de agendas legislativas e governamentais, sugestões da sociedade civil e análise pela Coordenação Executiva, que aprova a carteira de temáticas prioritárias.

Metodologia de Avaliação de Políticas Públicas

A avaliação de políticas públicas pela Coalizão adota uma abordagem estruturada, inspirada na literatura internacional de avaliação de políticas (*policy evaluation*) e nas melhores práticas de síntese de evidências. Cada política é analisada segundo três critérios centrais, que juntos oferecem uma visão abrangente sobre sua qualidade e justificativa.

Critérios de Avaliação

A) Eficácia e riscos

Pergunta central: A política pública alcança os resultados que se propõe a atingir? Quais são seus efeitos reais, incluindo aqueles não intencionais?

Aspectos avaliados:

- **Evidência de efetividade:** existência de estudos que demonstrem relação causal entre a intervenção e os outcomes pretendidos (preferencialmente revisões sistemáticas, meta-análises, ensaios controlados randomizados ou estudos quasi-experimentais de alta qualidade).

- Magnitude e consistência dos efeitos: qual a dimensão do impacto observado? Os resultados se replicam em diferentes contextos e populações?
- Efeitos colaterais e não intencionais: a literatura identifica impactos adversos, spillovers positivos ou negativos, ou efeitos de longo prazo que não foram previstos na formulação da política?
- Riscos de difícil previsão: buscar mecanismos para captar eventuais consequências não previstas pela política, especialmente quando nocivas.
- Condições de implementação: fatores contextuais que influenciam o sucesso ou fracasso da política (capacidade institucional, adesão de atores, interesses contrariados, recursos disponíveis).
- Acompanhamento pós-implementação: os resultados foram aquém ou além dos esperados? Os custos foram além dos projetados? Quais foram as dificuldades de operacionalização da iniciativa? Quais as dificuldades de mensuração?

B) Pertinência dos Objetivos

Pergunta central: Os objetivos que a política persegue são desejáveis e adequados do ponto de vista do interesse público, dos direitos humanos e do bem-estar social? Há coerência entre fins e meios?

Aspectos avaliados:

- Alinhamento com valores públicos: os objetivos da política são compatíveis com princípios constitucionais, direitos fundamentais, equidade e promoção do bem comum?
- Coerência lógica: existe consistência entre os objetivos declarados, os instrumentos escolhidos e os mecanismos causais pressupostos?
- Dimensão ética e filosófica: os fins perseguidos são justificáveis à luz de teorias éticas e evidências sobre o que constitui uma sociedade justa e próspera? Há trade-offs não explicitados entre diferentes valores (ex.: eficiência vs. equidade)?
- Relevância social: a política responde a problemas reais e prioritários da população, especialmente daqueles historicamente marginalizados?

C) Eficiência

Pergunta central: Os recursos investidos na política são proporcionais aos benefícios gerados? O Estado tem capacidade de arcar com os custos de forma sustentável?

Aspectos avaliados:

- Análise de custo-efetividade ou custo-benefício: quando dados disponíveis permitem, compara-se o custo por unidade de resultado alcançado com alternativas existentes ou com benchmarks internacionais.
- Viabilidade fiscal e orçamentária: qual o impacto da política sobre as contas públicas? Há fontes de financiamento identificadas e sustentáveis no médio e longo prazo?
- Custos de transação e implementação: além dos custos diretos, considera-se a carga administrativa, os custos de compliance para cidadãos e empresas, e os custos de monitoramento e avaliação.

- Oportunidade e alternativas: existem formas mais eficientes de atingir resultados similares ou superiores? A política representa o melhor uso dos recursos públicos escassos?

D) Sustentabilidade intertemporal

Pergunta central: A política se sustenta para além da atual gestão no poder e do momento presente? Seus efeitos são robustos ao longo do tempo? Zelam pelos interesses das gerações futuras, evitando comprometer de forma irreversível as escolhas?

Aspectos avaliados:

- Durabilidade político-institucional: a política é capaz de sobreviver à alternância de poder? Ela se enraíza como política pública ou se resume a política da gestão?
- Reversibilidade: os efeitos da política são reversíveis caso novas evidências apontem para o seu fracasso, ou ela produz dependências difíceis ou custosas de desfazer?
- Equidade intergeracional: como custos e benefícios se distribuem entre a geração presente e as futuras? A política defendida deve evitar transferir ônus para gerações que não participaram da decisão (ex.: endividamento, passivos ambientais, deterioração de capacidade futura) e, ao contrário, realizar investimentos que serão colhidos pelas gerações futuras.
- Robustez sob incerteza e adaptabilidade: a política é resiliente a choques e cenários adversos plausíveis (econômicos, climáticos, sanitários), ou pressupõe condições favoráveis estáveis?

Instrumento de Avaliação: Checklist Estruturado

Para garantir sistematicidade, replicabilidade e transparência nas avaliações, a Coalizão utiliza um checklist padronizado, adaptável por área temática. O instrumento permite uma pontuação qualitativa ou semi-quantitativa que fundamenta a recomendação final. Abaixo, apresenta-se uma versão resumida e ilustrativa dos domínios avaliados:

Critério	Exemplos de Questões do Checklist
Eficácia e Riscos	• Existe revisão sistemática ou meta-análise sobre a intervenção? • Os estudos mostram efeito estatisticamente significativo e clinicamente relevante? • Efeitos colaterais adversos foram identificados e quantificados? • Os resultados se mantêm em contextos semelhantes ao brasileiro?
Pertinência dos Objetivos	• Os objetivos estão explicitamente declarados e são mensuráveis? • Há coerência entre objetivos, instrumentos e mecanismos causais? • A política promove equidade e protege grupos vulneráveis? • Os fins são justificáveis do ponto de vista ético e constitucional?
Eficiência	• Existem estimativas de custo-efetividade ou custo-benefício? • O custo total é compatível com a capacidade fiscal do ente federativo? • Existem alternativas com melhor relação custo-resultado?

	• Os custos de implementação e monitoramento foram considerados?
Sustentabilidade intertemporal	• A política é capaz de sobreviver à alternância de poder? • Os efeitos da política são reversíveis caso novas evidências apontem para o seu fracasso? • Como custos e benefícios se distribuem entre a geração presente e as futuras? • A política é resiliente a choques e cenários adversos plausíveis (econômicos, climáticos, sanitários)?

A aplicação do checklist resulta em uma avaliação integrada que fundamenta uma das seguintes recomendações: (i) Apoiar integralmente; (ii) Apoiar com modificações específicas; (iii) Não apoiar na forma proposta; ou (iv) Recomendar mais pesquisas, monitoramento rigoroso ou experimentação controlada antes de expansão.

Elaboração e Publicação de Notas Técnicas

As Notas Técnicas constituem o principal produto da Coalizão. Elas seguem estrutura padronizada para facilitar a leitura e o uso por diferentes públicos:

- Resumo Executivo (máx. 1 página): síntese dos achados, recomendações principais e nível de evidência.
- Contexto e Justificativa: descrição da política avaliada, sua origem, objetivos declarados e relevância atual.
- Metodologia: fontes consultadas, critérios de inclusão de evidências, limitações e abordagem analítica.
- Análise por Critérios: desenvolvimento detalhado da avaliação de eficácia, pertinência dos objetivos e eficiência, com referências à literatura.
- Conclusões e Recomendações: síntese e recomendações operacionais dirigidas a diferentes atores (Legislativo, Executivo, sociedade civil).
- Referências Bibliográficas: lista completa e padronizada das fontes utilizadas.
- Anexos (quando aplicável): tabelas de evidências, modelos de custo, checklists aplicados.

Todas as Notas Técnicas passam por revisão interna de qualidade (peer review simplificado) antes da publicação. Sempre que possível, busca-se revisão externa por especialistas independentes. As versões finais são disponibilizadas em repositório aberto no site da Coalizão, com DOI quando aplicável, e compartilhadas com veículos de comunicação, parlamentares e gestores relevantes.

Estratégia de Divulgação Científica e Comunicação

A Coalizão reconhece que a produção de conhecimento técnico-científico só cumpre seu papel social quando chega de forma clara e acessível aos públicos que podem utilizá-lo. Por isso, adota uma estratégia de comunicação integrada:

- Redes sociais: produção de threads explicativos, carrosséis informativos, Reels e vídeos curtos que traduzem os achados das Notas Técnicas para linguagem acessível, sem perda de rigor.

- Jornais e portais locais/regionais: artigos de opinião, entrevistas e releases adaptados para veículos de comunicação de diferentes regiões do país, valorizando o debate descentralizado.
- Resumos executivos em linguagem simples: versões simplificadas das Notas Técnicas, com linguagem clara, infográficos e destaques visuais, destinadas a gestores, parlamentares e cidadãos interessados.
- Eventos públicos: webinars, lives, mesas de discussão e participações em congressos científicos e de gestão pública para apresentar e debater as análises.
- Parcerias com veículos especializados: aproximação com portais de jornalismo científico, iniciativas de fact-checking e programas de educação midiática.

Todo material de divulgação mantém a identidade visual da Coalizão e inclui links para as Notas Técnicas completas, garantindo rastreabilidade e aprofundamento.

Estratégia de Incidência Política

O objetivo final da Coalizão é influenciar positivamente a formulação e a revisão de políticas públicas. Para isso, desenvolve estratégias específicas de incidência:

- Documentos diagramados para tomadores de decisão: one-pagers, policy briefs visuais e resumos executivos formatados profissionalmente, com recomendações claras, dados-chave e contatos para aprofundamento. Esses materiais são enviados diretamente a parlamentares, assessores, secretarias e órgãos de controle.
- Participação em espaços institucionais: audiências públicas, reuniões de comissões temáticas, frentes parlamentares, conselhos de políticas públicas e eventos de órgãos como TCU, CGU e tribunais de contas estaduais.
- Articulação com frentes e coalizões: construção de alianças com outras organizações da sociedade civil, associações profissionais (como a ABPBE no campo da Psicologia e o Altruísmo Eficaz Brasil), academia e movimentos sociais que compartilhem o compromisso com evidências.
- Monitoramento legislativo e governamental: acompanhamento sistemático de projetos de lei, medidas provisórias, portarias e programas governamentais relacionados às temáticas avaliadas, com posicionamentos públicos quando pertinente.
- Capacitação de atores: oferta de workshops e materiais de formação para parlamentares, assessores e gestores sobre como utilizar evidências na tomada de decisão.

A incidência é sempre pautada pela transparência, pelo rigor técnico e pelo respeito à autonomia dos tomadores de decisão. A Coalizão não defende interesses setoriais ou partidários, mas sim a qualidade das políticas públicas com base em evidências.

Governança, Transparência e Prestação de Contas

Para garantir credibilidade e sustentabilidade institucional, a Coalizão adota práticas robustas de governança:

- Declaração pública de conflitos de interesse: todos os membros, especialistas e colaboradores preenchem e atualizam anualmente declaração de conflitos de interesse profissionais, institucionais e financeiros.
- Transparência ativa: atas resumidas de reuniões estratégicas, metodologias de avaliação, critérios de seleção e fontes de financiamento são disponibilizadas no site da Coalizão.
- Prestação de contas: relatórios anuais de atividades, incluindo número de Notas Técnicas produzidas, temas abordados, alcance das divulgações e impacto estimado da incidência.
- Mecanismo de revisão e melhoria contínua: a metodologia da Coalizão é periodicamente avaliada e aprimorada com base no feedback de usuários, especialistas externos e lições aprendidas.
- Independência financeira: a Coalizão busca diversificar fontes de recursos (doações individuais, editais de fundações, parcerias institucionais) de forma a preservar sua autonomia e evitar captura por interesses específicos.
- Código de conduta: documento que estabelece padrões éticos para todos os envolvidos na atuação da Coalizão, com mecanismos de *accountability*.

5. Trabalho Futuro

Os próximos passos envolvem efetivamente estabelecer a coalizão, angariando recursos financeiros, recrutando voluntários e, futuramente, profissionais dedicados a sua missão.

6. Conclusão

A Coalizão de Políticas Públicas Baseadas em Evidências representará um esforço coletivo para elevar o padrão de qualidade das políticas públicas no Brasil. Ao combinar rigor técnico, transparência, acessibilidade comunicacional e incidência estratégica, busca contribuir para um ciclo de políticas mais informado, responsivo e efetivo.

Entendemos que a proposta da coalizão de políticas públicas baseadas em evidências já está suficientemente madura para o contexto brasileiro, podendo ser uma contribuição fundamental para o amadurecimento institucional do país. Ademais, poderá constituir um alicerce político proveitoso para avançar pautas longoprazistas mais complexas, como segurança de IA e prevenção de pandemias.

7. Referências

- Altruísmo Eficaz Brasil. (s.d.). Aprisionamento de valores. In Glossário. Recuperado em 21 de junho de 2026, de <https://www.altruismoeficazbrasil.com.br/glossario#aprisionamento-de-valores>
- Altruísmo Eficaz Brasil. (s.d.). DALY (anos de vida ajustados por incapacidade). In Glossário. Recuperado em 21 de junho de 2026, de <https://www.altruismoeficazbrasil.com.br/glossario#DALY>
- Altruísmo Eficaz Brasil. (s.d.). Incógnitas desconhecidas (unknown unknowns). In Glossário. Recuperado em 21 de junho de 2026, de <https://www.altruismoeficazbrasil.com.br/glossario#desconhecidos-desconhecidos>

Altruísmo Eficaz Brasil. (s.d.). Saúde mental. In Glossário. Recuperado em 21 de junho de 2026, de <https://www.altruismoeficazbrasil.com.br/glossario#saude-mental>

Brasil. Câmara dos Deputados. (2023). Projeto de Lei nº 2386, de 2023. Dispõe sobre o exercício profissional da psicoterapia e da psicanálise. Em tramitação na Câmara dos Deputados. <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2356065>

Brasil. Senado Federal. (2023). Projeto de Lei nº 2338, de 2023. Institui o Marco Legal da Inteligência Artificial no Brasil. Aprovado pelo Senado Federal em 10 de dezembro de 2024; em tramitação na Câmara dos Deputados. <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/157233>

Effective Altruism Forum. (s.d.). Personal fit. In EA Forum Wiki. Recuperado em 21 de junho de 2026, de <https://forum.effectivealtruism.org/topics/personal-fit>

80,000 Hours. (2023). Improving institutional decision-making [Perfil de problema]. Publicado originalmente em setembro de 2017; atualizado em março de 2023. <https://80000hours.org/problem-profiles/improving-institutional-decision-making/>

8. Uso de LLMs

Uma LLM (Claude da Anthropic) foi usada neste texto para:

- criticar a versão inicial deste texto, fornecendo algumas ideias para melhoria da proposta inicial;
- elaboração da primeira versão do resumo;
- formatação das referências;
- formatação final.